

Terça-feira, 23 de Outubro de 1990

I SÉRIE — Número 42



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 19/90:

Ratifica a adesão da República Popular de Moçambique à Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada na 44.ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989.

tradução em língua portuguesa vão anexos à presente resolução e dela fazem parte integrante.

Aprovada pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Mário Fernandes da Graça Machungo*.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 19/90
de 23 de Outubro

A contínua deterioração da situação da criança no mundo, conduziu a que a comunidade internacional tomasse consciência da necessidade urgente de adoptar um instrumento jurídico, que ao vincular cada Estado, garantisse uma maior protecção à criança.

Com esse objectivo a 44.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança.

A Convenção ao consagrar o mais amplo leque de direitos, cria assim condições para que sejam salvaguardados os direitos à sobrevivência, protecção e desenvolvimento da criança.

Nesta perspectiva, conscientes da alta responsabilidade que cabe ao país na formação das novas gerações, cientes de que a Convenção constitui mais um instrumento que contribuirá para a defesa dos interesses da criança moçambicana e tendo presente que em 30 de Setembro de 1990 Moçambique a subscreveu torna-se assim necessário proceder a sua ratificação.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 60 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Artigo único. É ratificada a adesão da República Popular de Moçambique à Convenção sobre os Direitos da Criança adoptada na 44.ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, cujo texto original em língua espanhola e a respectiva

Convenção sobre os Direitos da Criança PREAMBULO

Os Estados Partes na presente Convenção

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana, bem como dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Tendo presente que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida, dentro de um conceito mais amplo de liberdade;

Reconhecendo que as Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos Pactos Internacionais relativos aos direitos do homem, proclamaram e acordaram, que a pessoa humana tem todos os direitos e liberdades neles enunciados, sem distinção alguma, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, posição económica, nascimento ou qualquer outra condição;

Recordando que, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, elemento fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias, para poder assumir plenamente as suas responsabilidades na comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento pleno e harmonioso da sua personalidade, deve crescer no seio da família, em clima de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida individual em sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade;

Tendo presente que a necessidade de proporcionar à criança uma protecção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral, em 20 de Novembro de 1959, e foi reconhecida na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (em particular nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (em particular no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das agências especializadas e das organizações internacionais que se dedicam ao bem-estar da criança;

Tendo presente que, tal como indicado na Declaração dos Direitos da Criança, «a criança, em virtude da sua maturidade física e mental, necessita de protecção e cuidados especiais, inclusive protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento»;

Recordando as disposições da Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Protecção e Bem-estar das Crianças, com especial referência à adopção e colocação familiar nos planos nacional e internacional, das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing) e da Declaração sobre Protecção de Mulheres e Criança em Situação de Emergência ou de Conflito Armado;

Reconhecendo que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições excepcionalmente difíceis e que necessitam de uma especial atenção;

Tendo devidamente em conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo para a protecção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento,

Acordam o seguinte:

PARTE I

ARTIGO 1

Para os efeitos da presente Convenção, considera-se criança todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioridade for atingida mais cedo.

ARTIGO 2

1. Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e garantirão a sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma independentemente da raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, posição económica, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra condição da criança, de seus pais ou dos representantes legais.

2. Os Estados Partes adoptarão todas as medidas adequadas para garantir que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de punição por motivo da condição, actividades, opiniões

expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou membros da sua família.

ARTIGO 3

1. Em todas as medidas relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas, ou órgãos legislativos, deve-se ter primordialmente em conta o interesse superior da criança.

2. Os Estados Partes, comprometem-se a garantir à criança a protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres do país, representantes legais ou outras pessoas legalmente responsáveis por ela e, para este efeito, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

3. Os Estados Partes garantirão que as instituições, serviços e estabelecimentos responsáveis pelo cuidado ou pela protecção de crianças actuem em conformidade com as normas fixadas pelas autoridades competentes, especialmente em matéria de segurança, saúde, número e qualificação do seu pessoal, bem como quanto à existência de uma fiscalização adequada.

ARTIGO 4

Os Estados Partes adoptarão todas as medidas legislativas, administrativas e de outras necessárias à implementação dos direitos reconhecidos na presente Convenção. Tratando-se de direitos económicos, sociais e culturais, os Estados Partes adoptarão essas medidas até ao limite máximo dos seus recursos disponíveis e, quando necessário, no quadro da cooperação internacional.

ARTIGO 5

Os Estados Partes respeitarão as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, se for esse o caso, dos membros da família alargada ou da comunidade de acordo com os costumes locais, dos representantes legais, ou de outras pessoas legalmente responsáveis, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, direcção e orientação adequadas ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos na presente Convenção.

ARTIGO 6

1. Os Estados Partes reconhecem que a criança tem o direito inerente à vida.

2. Os Estados Partes garantirão, no máximo possível, a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

ARTIGO 7

1. A criança será registada imediatamente após o nascimento e terá, desde que nasce, direito a um nome, a adquirir uma nacionalidade e sempre que possível, a conhecer os seus pais e a ser cuidada por eles.

2. Os Estados Partes garantirão a implementação destes direitos em conformidade com a legislação nacional e as obrigações decorrentes de instrumentos internacionais relevantes neste domínio, em particular se, de outro modo, a criança ficasse apátrida.

ARTIGO 8

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança, a preservar a sua identidade, incluindo a sua nacionalidade, o nome, e as relações familiares, nos termos da lei e sem ingerência ilegal.

2. Quando uma criança for ilegalmente privada de alguns ou de todos os elementos da sua identidade, os Estados Partes deverão prestar-lhe a assistência e a protecção adequadas, de forma a reestabelecer rapidamente a sua identidade.

ARTIGO 9

1. Os Estados Partes garantirão que a criança não seja separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e em conformidade com a legislação e as regras de processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança. Tal decisão pode ser necessária no caso de, como por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança, ou os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar de residência da criança tiver de ser tomada.

2. Em todos os casos previstos no n.º 1, todas as partes interessadas deverão ter a possibilidade de participar no processo e de dar a conhecer as suas opiniões.

3. Os Estados Partes respeitarão o direito da criança separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, a menos que tal seja contrário ao interesse superior da criança.

4. Quando a separação resultar de medidas adoptadas por um Estado Parte, tais como a detenção, prisão, exílio, deportação ou morte (incluindo a morte, qualquer que seja a causa, ocorrida durante a detenção), de um dos pais ou de ambos ou da própria criança, o Estado Parte, quando lhe for solicitado, proporcionará aos pais, à criança, ou sendo esse o caso, a um outro membro da família, informações essenciais sobre o local onde se encontra o membro ou os membros da família ausentes, a não ser que a divulgação de tais informações seja prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes comprometem-se, além disso, a que a apresentação de um tal pedido não acarrete, por si só, consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

ARTIGO 10

1. Nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes, em virtude do n.º 1 do artigo 9, todos os pedidos formulados por uma criança ou por seus pais para entrar num Estado Parte ou para dele sair, com o objectivo de reunificação familiar, serão considerados pelos Estados Partes de forma positiva, humana e diligente. Os Estados Partes garantirão, além disso, que da apresentação de um tal pedido não acarretará consequências adversas nem para os seus autores nem para os membros da sua família.

2. A criança, cujos pais residam em Estados diferentes, terá o direito de manter periodicamente, salvo circunstâncias excepcionais, relações pessoais e contactos directos com ambos. Para este efeito, e nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes, em virtude do n.º 2 do artigo 9, os Estados Partes respeitarão o direito da criança e de seus pais de sair de qualquer país, incluindo o seu, e de entrar no seu próprio país. O direito de sair de qualquer país só poderá ser objecto das restrições que, estando previstas na lei, sejam necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou a moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem, e sejam compatíveis com os demais direitos reconhecidos na presente Convenção.

ARTIGO 11

1. Os Estados Partes adoptarão medidas para combater a deslocação ilícita de crianças para o exterior do país e a sua retenção ilícita no exterior do país.

2. Para esse efeito, os Estados Partes promoverão a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos existentes.

ARTIGO 12

1. Os Estados Partes garantirão à criança com capacidade de discernimento o direito de expressar livremente a sua opinião sobre todas as questões que lhe dizem respeito, tendo devidamente em conta as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.

2. Com tal propósito, deverá assegurar-se à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que lhe digam respeito, seja directamente, seja através de representantes ou de organismo adequado, em conformidade com as regras de processo da legislação nacional.

ARTIGO 13

1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de toda a espécie, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita, impressa, artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.

2. O exercício deste direito só poderá ser objecto das restrições previstas na lei e que sejam necessárias:

- a) Para o respeito dos direitos ou da reputação de outrem; ou
- b) Para a salvaguarda da segurança nacional e da ordem pública, ou para protecção da saúde e da moral públicas.

ARTIGO 14

1. Os Estados Partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

2. Os Estados Partes respeitarão os direitos e deveres dos pais e, se for esse o caso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício deste direito de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades.

3. A liberdade de professar a sua religião ou crença só poderá ser objecto das restrições previstas na lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou moral públicas ou os direitos e liberdades fundamentais de outrem.

ARTIGO 15

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica.

2. O exercício destes direitos só poderá ser objecto das restrições previstas na lei e que sejam necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da segurança pública, da ordem pública, da protecção da saúde ou da moral públicas ou da protecção dos direitos e liberdades de outrem.

ARTIGO 16

1. Nenhuma criança será sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou sua correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação.

2. A criança tem direito à protecção da lei contra tais intromissões ou ofensas.

ARTIGO 17

Os Estados Partes reconhecem a importante função desempenhada pelos meios de comunicação social e garan-

tirão o acesso da criança à informação e ao material provenientes de diversas fontes nacionais e internacionais, em especial aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, bem como a sua saúde física e mental. Para esse efeito os Estados Partes deverão:

- a) Encorajar os meios de comunicação social a difundir informação e material de interesse social e cultural para a criança, de acordo com o espírito do artigo 29;
- b) Encorajar a cooperação internacional no campo da produção, troca e difusão de informação e material dessa natureza, provenientes de diversas fontes culturais nacionais e internacionais;
- c) Encorajar a produção e difusão de livros para crianças;
- d) Encorajar os meios de comunicação social a ter particularmente em conta as necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou que seja autóctone;
- e) Encorajar a elaboração de directrizes adequadas à protecção da criança contra toda a informação e material prejudiciais ao seu bem-estar, tendo presente o disposto nos artigos 13 e 18.

ARTIGO 18

1. Os Estados Partes deverão empenhar-se ao máximo, por garantir o reconhecimento do princípio segundo o qual ambos os pais têm responsabilidade comum na educação e no desenvolvimento da criança. A responsabilidade pela educação e desenvolvimento da criança cabe primordialmente aos pais ou, se for esse o caso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a preocupação fundamental.

2. Para garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes prestarão a assistência adequada aos pais e aos representantes legais, no exercício das suas responsabilidades na educação da criança e garantirão a criação de instituições, instalações e serviços para o cuidado da criança.

3. Os Estados Partes adoptarão todas as medidas adequadas para garantir às crianças, cujos pais trabalhem, o direito de beneficiar de serviços e instalações de assistência, para as que reúnam as condições necessárias.

ARTIGO 19

1. Os Estados Partes adoptarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra toda a forma de prejuízo ou abuso físico ou mental, de descuido ou tratamento negligente, de maus tratos ou exploração, incluindo o abuso sexual, enquanto se encontrar à guarda dos pais, de representante legal ou de qualquer outra pessoa que a tenha a seu cargo.

2. Tais medidas de protecção deveriam incluir, quando se mostre conveniente, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar a assistência necessária à criança e àqueles que dela cuidam, bem como outras formas de prevenção, de identificação, de notificação, entrega a instituição, investigação, tratamento e acompanhamento ulterior dos casos de maus tratos da criança aqui descritos e, se necessário, a intervenção judicial.

ARTIGO 20

1. As crianças, temporária ou permanentemente privadas do seu ambiente familiar, ou cujo interesse superior

exija a não permanência nesse meio, terão direito a protecção e a assistência especiais do Estado.

2. Os Estados Partes garantirão, em conformidade com as suas leis nacionais, outro tipo de cuidados para tais crianças.

3. Entre esses cuidados figurarão, nomeadamente, a colocação numa família substituta, a Kafala do Direito Islâmico, a adopção ou, se necessário, a colocação em instituições destinadas à protecção de menores. Na selecção de uma destas soluções, prestar-se-á especial atenção à conveniência de se dar continuidade à educação da criança e à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

ARTIGO 21

Os Estados Partes que reconhecem ou admitem o sistema de adopção, assegurarão que nesta matéria, o interesse superior da criança seja de primordial consideração, e:

- a) Velarão por que a adopção de uma criança só seja autorizada pelas autoridades competentes, que verificarão, em conformidade com a lei, com as regras de processo aplicáveis e com base na informação fidedigna relativa ao caso, se a adopção pode ter lugar face à situação jurídica da criança em relação aos seus pais, parentes e representantes legais e que, quando seja caso disso, as pessoas interessadas tenham dado, com conhecimento de causa, o seu consentimento à adopção, após terem sido esclarecidas convenientemente;
- b) Reconhecerão que a adopção por estrangeiro, pode ser considerada como um dos meios de assegurar cuidados necessários à criança, caso ela não possa ser colocada, no seu país de origem, em família substituta ou adoptiva ou não possa ser convenientemente atendida;
- c) Velarão, em caso de adopção por estrangeiro, para que a criança beneficie das garantias e das normas aplicáveis à adopção no país de origem;
- d) Adoptarão as medidas apropriadas a garantir que, em caso de adopção por estrangeiro, a colocação da criança não se traduza em benefícios materiais indevidos para quem nela participe;
- e) Promoverão os objectivos do presente artigo concluindo convénios ou acordos bilaterais ou multilaterais, quando se justifique, e esforçar-se-ão, dentro deste quadro, por garantir que a colocação da criança no estrangeiro se efectue através de autoridade ou organismo competente.

ARTIGO 22

1. Os Estados Partes adoptarão as medidas adequadas a garantir que a criança que obtiver o estatuto de refugiada ou como tal seja considerada em conformidade com o direito e regras internacionais ou nacionais aplicáveis, estando só ou acompanhada por seus pais, receba a protecção e a assistência humanitária apropriadas para que possa disfrutar dos direitos enunciados na presente convenção e noutros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de carácter humanitário de que os referidos Estados sejam parte.

2. Para tal fim, os Estados Partes, sob a forma mais apropriada, cooperarão nos esforços das Nações Unidas, das demais organizações intergovernamentais competentes e das organizações não-governamentais que cooperem com as Nações Unidas na protecção e ajuda à criança refu-

giada e na localização dos seus pais ou de membros da sua família, para obter informação necessária para que ela se reúna à sua família. Quando não for possível localizar nenhum dos pais ou membros da família, conceder-se-á à criança idêntica protecção que a dispensada àquela que, por qualquer motivo, se encontre permanente ou temporariamente privada do seu meio familiar, conforme o que dispõe a presente Convenção.

ARTIGO 23

1. Os Estados Partes reconhecem que a criança mental ou fisicamente incapacitada deverá disfrutar de uma vida plena e decente, em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação activa na vida da comunidade.

2. Os Estados Partes reconhecem às crianças incapacitadas o direito de beneficiar de cuidados especiais e encorajarão e assegurarão, na medida dos recursos disponíveis, o fornecimento às crianças que reúnam as condições requeridas e àqueles que as tenham a seu cargo, de uma ajuda correspondente ao pedido formulado e adequada ao estado da criança e às condições dos pais ou daqueles que a tiverem a seu cargo.

3. Reconhecendo as particulares necessidades da criança incapacitada, sempre que tal seja possível, será gratuita a assistência fornecida nos termos do n.º 2, tendo em conta a situação económica dos pais ou daqueles que as tiverem a seu cargo, e será concebida de maneira a que a criança incapacitada tenha acesso efectivo à educação, à formação, a cuidados de saúde, de reabilitação, de preparação para o trabalho e a actividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar-se, tanto quanto possível, a sua integração social e o seu desenvolvimento individual, incluindo o cultural e espiritual.

4. Num espírito de cooperação internacional, os Estados Partes promoverão a troca de informações pertinentes no domínio dos cuidados de medicina preventiva e de tratamento médico, psicológico e funcional das crianças incapacitadas, incluindo a difusão de informações sobre métodos de reabilitação e de serviços de educação e formação profissional, bem como o acesso a esses dados, com vista a permitir que os Estados Partes possam melhorar as suas capacidades e os seus conhecimentos, e a aumentar a sua experiência nesses domínios. A este respeito ter-se-á especialmente em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

ARTIGO 24

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a fruir do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reabilitação. Os Estados Partes esforçar-se-ão por garantir que nenhuma criança seja privada do direito de beneficiar destes serviços.

2. Os Estados Partes assegurarão a realização integral deste direito e, em especial, adoptarão medidas apropriadas a:

- a) Reduzir a mortalidade infantil e de crianças;
- b) Assegurar a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças, dando particular atenção ao desenvolvimento dos cuidados primários de saúde;
- c) Lutar contra a doença e a má nutrição, no quadro dos cuidados primários de saúde, mediante, entre outras coisas, a utilização de tecnologia disponível, o fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em conta os perigos e riscos de contaminação do meio ambiente;

d) Assegurar às mães os cuidados de saúde pré-natais e post-natais adequados;

e) Assegurar que todos os sectores da sociedade e, em particular, os pais e as crianças conheçam os princípios básicos de saúde e de nutrição, as vantagens do aleitamento materno, da higiene e do saneamento do meio ambiente, bem como das medidas de prevenção de acidentes, e beneficiem de ajuda que lhes permita tirar proveito dessa informação;

f) Desenvolver os cuidados preventivos de saúde, a orientação aos pais e a educação e os serviços de planeamento familiar.

3. Os Estados Partes adoptarão, medidas eficazes e adequadas com vista a abolir práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças.

4. Os Estados Partes comprometem-se a promover e a encorajar a cooperação internacional, de forma a garantir progressivamente a plena realização do direito reconhecido no presente artigo. Para tal ter-se-á especialmente em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

ARTIGO 25

Os Estados Partes reconhecem à criança que, para fins de assistência, protecção ou tratamento da sua saúde física ou mental, tenha sido internada em estabelecimento, pelas autoridades competentes, o direito a um exame periódico do tratamento a que esteja a ser submetida e de quaisquer outras circunstâncias ligadas ao seu internamento.

ARTIGO 26

1. Os Estados Partes reconhecerão a toda a criança o direito de beneficiar da segurança social, incluindo o seguro social e tomarão as medidas necessárias para assegurar a plena realização desse direito, em conformidade com a sua legislação nacional.

2. As prestações deveriam ser atribuídas, se a elas houver lugar, tendo em conta os recursos e a situação da criança e das pessoas responsáveis pela sua manutenção, bem como qualquer outra circunstância relativa a um pedido de prestação feito pela criança ou em seu nome.

ARTIGO 27

1. Os Estados Partes reconhecem a toda a criança o direito a um nível de vida adequado, por forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2. Incumbe aos pais e às pessoas que têm a criança a seu cargo, a principal responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e dos seus recursos financeiros, as condições de vida necessárias ao seu desenvolvimento.

3. Os Estados Partes, tendo em conta as condições nacionais e as suas possibilidades, adoptarão as medidas adequadas, a ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo, a efectivar este direito e, em caso de necessidade, proporcionarão assistência material e programas de apoio, especialmente no tocante à alimentação, a vestuário e a alojamento.

4. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas tendentes a assegurar o pagamento de pensão alimentar à criança por parte dos pais ou de outras pessoas que tenham responsabilidade financeira em relação à criança, quer estejam no território do Estado Parte, quer no estrangeiro. Especialmente, quando a pessoa que tenha responsabilidade económica em relação à criança viva em país diferente do dela, os Estados Partes promoverão a

adesão a acordos internacionais ou à conclusão de tais convénios, bem como a adopção de quaisquer outras medidas adequadas.

ARTIGO 28

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, com vista a assegurar o exercício progressivo desse direito em condições de igualdade de oportunidade, deverão em especial:

- a) Tornar disponíveis e acessíveis a toda a criança, para todos;
- b) Fomentar o desenvolvimento do ensino secundário, nas mais diversas formas, incluindo o ensino geral e profissional, de modo a torná-los acessíveis a todas as crianças, e tomar as medidas apropriadas, como seja o estabelecimento da gratuidade do ensino e a concessão de ajuda financeira em caso de necessidade;
- c) Tornar por todos os meios apropriados, o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um;
- d) Tornar disponíveis e acessíveis a toda a criança, a informação e orientação sobre questões educativas e profissionais;
- e) Adoptar medidas para fomentar a assistência regular às escolas e reduzir taxas de abandono escolar.

2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja aplicada de forma compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente Convenção.

3. Os Estados Partes favorecerão e encorajarão a cooperação internacional no domínio da educação, em particular como meio de contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e de facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos modernos métodos de ensino. A este propósito, ter-se-á em conta, especialmente, as necessidades dos países em desenvolvimento.

ARTIGO 29

1. Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve visar:

- a) O desenvolvimento da personalidade, das aptidões e das capacidades mentais e físicas da criança, até ao máximo das suas potencialidades;
- b) O desenvolvimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais, e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- c) O desenvolvimento do respeito pelos seus pais, da sua própria identidade cultural, da sua língua e dos seus valores, dos valores nacionais do país em que vive, do país de que seja originária e das civilizações distintas da sua;
- d) A sua preparação para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, com espírito de compreensão, de paz, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todos os povos e grupos étnicos nacionais e religiosos e pessoas de origem autóctone;
- e) O desenvolvimento do respeito pelo meio ambiente.

2. Nenhuma disposição do presente artigo ou do artigo 28 poderá ser interpretada como restrição à liberdade de particulares ou de entidades de criar e dirigir estabelecimentos de ensino, desde que os princípios enunciados no n.º 1 deste artigo sejam respeitados e que a educação

ministrada nesses estabelecimentos se ajustem às normas mínimas prescritas pelo Estado.

ARTIGO 30

Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem autóctone, nenhuma criança pertencente a essas minorias ou sendo autóctone poderá ser privada do direito que lhe assiste, conjuntamente com os demais membros do seu grupo, de ter a sua própria vida cultural, de professar e praticar a sua própria religião ou de utilizar a sua própria língua.

ARTIGO 31

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, a participar em jogos e actividades recreativas próprios da sua idade e a participar livremente na vida cultural e artística.

2. Os Estados Partes respeitarão e promoverão o direito da criança a participar plenamente na vida cultural e artística e propiciarão as devidas oportunidades para, em igualdade de condições, participar na vida cultural, artística, recreativa e de repouso.

ARTIGO 32

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de estar protegida contra a exploração económica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou que prejudique a sua educação, ou que seja nocivo para a sua saúde ou para o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2. Os Estados Partes adoptarão medidas legislativas e administrativas, sociais e educativas, tendentes a assegurar a implementação do presente artigo. Para tal, e tendo em conta as disposições relevantes de outros instrumentos internacionais, os Estados Partes tomarão nomeadamente as seguintes medidas:

- a) O estabelecimento de uma idade mínima ou de idades mínimas para o trabalho;
- b) A regulamentação apropriada de horários e de condições de trabalho;
- c) A fixação de penas ou de outras sanções apropriadas, com vista a assegurar uma efectiva implementação do presente artigo.

ARTIGO 33

Os Estados Partes adoptarão todas as medidas adequadas, incluindo medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas, por forma a proteger as crianças contra o uso ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas definidos em tratados internacionais pertinentes, e a impedir a utilização de crianças na produção e no tráfico ilícito de tais substâncias.

ARTIGO 34

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Para tal, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas necessárias, nos planos nacional, bilateral e multilateral, para impedir:

- a) Que uma criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma actividade sexual ilícita;
- b) A exploração de crianças na prostituição ou noutras práticas sexuais ilícitas;
- c) A exploração de crianças em espectáculos ou materiais de natureza pornográfica.

ARTIGO 35

Os Estados Partes tomarão todas as medidas de carácter nacional, bilateral ou multilateral necessárias para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou da sua forma.

ARTIGO 36

Os Estados Partes protegerão a criança contra todas as outras formas de exploração prejudiciais a qualquer aspecto do seu bem-estar.

ARTIGO 37

Os Estados Partes assegurarão que:

- a) Nenhuma criança seja submetida a torturas nem a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Não serão impostas a pena de morte nem a pena de prisão perpétua, sem a possibilidade de libertação, por crimes cometidos por menores de 18 anos de idade;
- b) Nenhuma criança seja privada da sua liberdade ilegal ou arbitrariamente. A detenção, encarceramento ou prisão de uma criança deverá ser efectuada em conformidade com a lei, revestindo medida de último recurso e por período de tempo o mais curto possível;
- c) Toda a criança privada de liberdade será tratada com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e de maneira a que se tenha em conta as necessidades das pessoas da sua idade. Em especial, a criança privada de liberdade será separada dos adultos, a menos que, se considere contrário ao superior interesse da criança, e terá direito a manter contacto com a sua família, através de correspondência e de visitas, salvo em circunstâncias excepcionais;
- d) Toda a criança privada de liberdade terá direito a um pronto acesso a assistência jurídica e a toda e qualquer outra assistência adequada, bem como direito de impugnar a legalidade da privação de liberdade junto de um tribunal ou de outra autoridade competente, independente e imparcial, e a uma decisão rápida sobre tal medida.

ARTIGO 38

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar as normas de direito internacional humanitário que lhes sejam aplicáveis em caso de conflito armado e que se mostrem relevantes para a criança.

2. Os Estados Partes adoptarão todas as medidas possíveis com vista a assegurar que pessoas que ainda não tenham feito 15 anos de idade não participem directamente nas hostilidades.

3. Os Estados Partes abster-se-ão de recrutar para as suas forças armadas pessoas menores de 15 anos. No caso de serem recrutados maiores de 15 e menores de 18 anos de idade, os Estados Partes procurarão dar prioridade aos de mais idade.

4. Em conformidade com as obrigações dimanadas do direito internacional humanitário para a protecção da população civil durante conflitos armados, os Estados Partes adoptarão todas as medidas possíveis com vista a assegurar protecção e assistência às crianças afectadas por um conflito armado.

ARTIGO 39

Os Estados Partes adoptarão as medidas adequadas a assegurar a recuperação física e psicológica e a reintegração social da criança vítima de toda a forma de abandono, exploração ou abuso, de tortura ou outra forma de tratamento ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, ou de conflitos armados. Esta recuperação e reintegração terá lugar em ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si mesma e a dignidade da criança.

ARTIGO 40

1. Os Estados Partes reconhecem à criança, acusada ou declarada culpada de ter infringido a lei penal, o direito a um tratamento capaz de favorecer o seu sentido de dignidade e valor pessoal, e de reforçar o seu respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de outrem, tendo em conta a sua idade e a importância de promover a reintegração da criança, e que assuma uma função construtiva na sociedade.

2. Com esse objectivo, e tendo em conta as disposições relevantes dos instrumentos internacionais, os Estados Partes garantirão, em especial, que:

- a) Nenhuma criança seja acusada ou declarada culpada de infringir as leis penais, por actos ou omissões que não forem proibidos pelas leis nacionais ou internacionais, no momento em que tenham sido cometidos;
- b) A criança suspeita ou acusada de ter infringido a lei penal tenha, pelo menos, as seguintes garantias:
 - i) Se presume inocente até que se prove a sua culpabilidade nos termos da lei;
 - ii) Seja directa e prontamente informada das acusações que pendam contra ela, e, quando se justifique, por intermédio dos seus pais ou do seu representante legal, e beneficie de assistência jurídica ou de qualquer outra assistência apropriada para a preparação e a apresentação da sua defesa;
 - iii) O processo seja decidido sem demora por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, em audiência realizada nos termos da lei, com presença de aessor jurídico ou outro tipo de aessor capacitado, a menos que tal se mostre contrário ao interesse superior da criança, tendo em conta, em particular, a sua idade ou situação, os seus pais ou os seus representantes legais;
 - iv) Não seja obrigada a depor ou a declarar-se culpada, possa interrogar ou solicitar que se interroguem as testemunhas de acusação e, em condições de igualdade, obter a participação e interrogatório de testemunhas de defesa;
 - v) Quando se considerar que infringiu leis penais, possa recorrer da decisão e de qualquer medida imposta como consequência da mesma para autoridade ou órgão judicial superior competente, independente e imparcial, nos termos previstos na lei;
 - vi) A criança seja assistida gratuitamente por um intérprete quando não compreenda ou fale a língua utilizada;

vii) Seja completamente respeitada a sua vida privada em todas as fases do processo.

3. Os Estados Partes empenhar-se-ão por promover a adopção de leis, de regras de processo, por criar e instituições destinadas especificamente às crianças acusadas ou declaradas culpadas de infringir leis penais e, em particular, por:

- a) Estabelecer uma idade mínima de imputabilidade criminal;
- b) Tomar medidas, sempre que se mostre possível e adequado, de tratamento dessas crianças sem recurso à acção judicial, desde que se respeitem completamente os direitos do homem e as garantias legais previstas na lei.

4. Todo o tipo de medidas, nomeadamente sobre cuidados, orientação e supervisão, acessoramento, liberdade vigiada, colocação familiar, programa de ensino geral e profissional, bem como soluções alternativas ao internamento em instituições estabelecer-se-ão com vista a assegurar à criança um tratamento apropriado ao seu bem-estar e adequado à sua situação e às características da infracção.

ARTIGO 41

Nenhuma disposição da presente Convenção poderá prejudicar disposições mais favoráveis à realização dos direitos da criança que possam existir:

- a) Na legislação de um Estado Parte; ou
- b) Na legislação internacional em vigor nesse Estado.

PART II

ARTIGO 42

Os Estados Partes comprometem-se a tornar amplamente conhecidos, através de meios eficazes e apropriados, os princípios e as disposições da presente Convenção, tanto pelos adultos como pelas crianças.

ARTIGO 43

1. Com o objectivo de examinar os progressos realizados pelos Estados Partes no cumprimento das obrigações por eles contraídas em virtude da presente Convenção, será instituído um Comité dos Direitos da Criança, que desempenhará as funções a seguir definidas.

2. O Comité é composto por dez peritos de grande integridade moral e de reconhecida competência nas áreas abrangidas pela presente Convenção. Os membros do Comité serão eleitos pelos Estados Partes, de entre os seus nacionais, e exercerão as suas funções a título pessoal, devendo ter-se em conta a distribuição geográfica, bem como os principais sistemas jurídicos.

3. Os membros do Comité serão eleitos, por escrutínio secreto, de entre uma lista de pessoas designadas pelos Estados Partes. Cada Estado pode designar um candidato de entre os seus próprios nacionais.

4. A primeira eleição terá lugar o mais tardar nos seis meses seguintes à data da entrada em vigor da presente Convenção e, ulteriormente, em cada dois anos. Pelo menos quatro meses antes da data de cada eleição, o Secretário-Geral das Nações Unidas convidará, por escrito, os Estados Partes a propor os seus candidatos num prazo de dois meses. Em seguida, o Secretário-Geral elaborará uma lista na qual constarão por ordem alfabética os candidatos pro-

postos, com a indicação dos Estados que os designaram, e comunicá-lo-á aos Estados Partes na presente Convenção.

5. As eleições realizar-se-ão numa das reuniões dos Estados Partes, convocadas pelo Secretário-Geral para a sede da Organização das Nações Unidas. Nesta reunião, em que o quorum é constituído por dois terços dos Estados Partes, serão eleitos para o Comité os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta de votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. Os membros do Comité serão eleitos por um período de quatro anos, e poderão ser reeleitos em caso de recandidatura. O mandato de cinco dos membros eleitos na primeira eleição terminará ao cabo de dois anos. O presidente da reunião tirará à sorte, imediatamente após a primeira eleição, os nomes destes cinco membros.

7. Em caso de morte ou de demissão de um membro do Comité ou se, por qualquer outra razão, não puder continuar a exercer funções no Comité, o Estado Parte que o havia proposto designará um outro perito, de entre os seus nacionais, para exercer o mandato até ao seu termo, sujeito, no entanto, à aprovação do Comité.

8. O Comité adoptará o seu próprio regulamento.

9. O Comité elegerá o seu secretariado por um período de dois anos.

10. As reuniões do Comité terão habitualmente lugar na sede da Organização das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar julgado conveniente e determinado pelo Comité. O Comité reunirá, em regra, anualmente. A duração das sessões do Comité será determinada, e se necessário revista, em reunião dos Estados Partes na presente Convenção, e sujeita à aprovação da Assembleia Geral.

11. O Secretário-Geral das Nações Unidas porá à disposição do Comité o pessoal e os serviços necessários para o desempenho eficaz das funções que lhe são confiadas nos termos da presente Convenção.

12. Os membros do Comité institucionalizado pela presente Convenção receberão emolumentos retirados dos fundos das Nações Unidas, mediante prévia aprovação, segundo as condições fixadas pela Assembleia Geral.

ARTIGO 44

1. Os Estados Partes comprometem-se a apresentar ao Comité, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que hajam adoptado com vista a efectivar os direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no que concerne ao gozo desses direitos:

- a) No prazo de dois anos a partir da data da entrada em vigor da presente Convenção para cada Estado Parte;
- b) Depois, de cinco em cinco anos.

2. Os relatórios a apresentar nos termos do presente artigo devem indicar as circunstâncias e as dificuldades, se as houver, que afectem o grau de cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção. Deverão igualmente conter informações suficientes para que o Comité tenha uma completa percepção do modo como está sendo aplicada a Convenção no respectivo país.

3. Os Estados Partes que tenham apresentado um relatório inicial e completo ao Comité não necessitam de repetir a informação básica anteriormente comunicada, nos relatórios seguintes, a submeter nos termos da alínea b) do n.º 1.

4. O Comité poderá solicitar aos Estados Partes informações complementares relativas à aplicação da Convenção.

5. O Comité apresentará relatório das suas actividades, de dois em dois anos, à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Económico e Social.

6. Os Estados Partes assegurarão uma larga difusão dos seus relatórios junto do público dos respectivos países.

ARTIGO 45

De forma a promover a aplicação efectiva da Convenção e a encorajar a cooperação internacional nas áreas cobertas pela Convenção:

- a) As agências especializadas, o UNICEF e os demais organismos das Nações Unidas terão o direito a fazer-se representar quando for apreciada a aplicação das disposições da presente Convenção, que se inscrevam no seu mandato. O Comité pode convidar as agências especializadas, o UNICEF e outros organismos competentes considerados relevantes, a fornecer o seu parecer técnico sobre a aplicação da Convenção nas áreas relativas aos seus respectivos mandatos. O Comité poderá convidar as agências especializadas, o UNICEF e outros organismos das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a aplicação das disposições da Convenção abrangidas pelo âmbito das suas actividades;
- b) O Comité, quando julgar conveniente, transmitirá às agências especializadas, ao UNICEF e aos outros organismos competentes, os relatórios dos Estados Partes que contenham solicitações de acesoramento ou de assistência técnica, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comité, se os houver, relativos a tais pedidos ou indicações;
- c) O Comité poderá recomendar à Assembleia Geral que solicite ao Secretário-Geral a realização, em seu nome, de estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança;
- d) O Comité poderá fazer sugestões e recomendações de ordem geral com base nas informações recebidas nos termos dos artigos 44 e 45 da presente Convenção. Tais sugestões e recomendações de ordem geral deverão ser transmitidas aos Estados Partes interessados e levados ao conhecimento da Assembleia Geral, acompanhadas, se necessário, dos comentários dos Estados Partes.

PARTE III

ARTIGO 46

A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Estados.

ARTIGO 47

A presente Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas.

ARTIGO 48

A presente Convenção permanecerá aberta à adesão de qualquer Estado. Os instrumentos de adesão serão depositados em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas.

ARTIGO 49

1. A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia seguinte à data do depósito junto do Secretário-Geral das Nações Unidas do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão.

2. Para cada um dos Estados que ratifiquem, a Convenção, ou a ela adiram depois do depósito do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor no 30.º dia seguinte à data do depósito por esse Estado do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

ARTIGO 50

1. Qualquer Estado Parte poderá propor uma emenda e depositá-la em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral transmitirá a proposta de emenda aos Estados Partes, solicitando que lhe comuniquem se são favoráveis à organização de uma conferência de Estados Partes para exame e votação da proposta. Se, nos quatro meses subsequentes à data da comunicação, pelo menos, um terço dos Estados Partes se pronunciar favoravelmente à realização da referida conferência, o Secretário-Geral convocá-la-á sob os auspícios das Nações Unidas. As emendas adoptadas pela maioria dos Estados Partes, presentes que votem na conferência, serão submetidas pelo Secretário-Geral à Assembleia Geral para a sua aprovação.

2. As emendas adoptadas, nos termos do disposto pelo n.º 1 do presente artigo, entrarão em vigor no momento da sua aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas e da sua aceitação por uma maioria de dois terços dos Estados Partes.

3. Quando as emendas entrarem em vigor terão carácter obrigatório para os Estados Partes que as hajam aceite, ficando os outros Estados Partes obrigados pelas disposições da presente Convenção e por todas as emendas anteriormente aceites.

ARTIGO 51

1. O Secretário-Geral das Nações Unidas receberá e comunicará a todos os Estados o texto das reservas formuladas pelos Estados no momento da ratificação ou da adesão.

2. Não se aceitará nenhuma reserva incompatível com os objectivos e com as finalidades da presente Convenção.

3. As reservas poderão ser retiradas, em qualquer momento, por meio de notificação dirigida para o efeito ao Secretário-Geral das Nações Unidas, o qual informará todos os Estados. A notificação produzirá efeitos a partir da data da sua recepção pelo Secretário-Geral.

ARTIGO 52

Todo o Estado Parte poderá denunciar a presente Convenção por notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos um ano após a data da recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

ARTIGO 53

Designa-se como depositário da presente Convenção o Secretário-Geral das Nações Unidas.

ARTIGO 54

O original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo fazem igualmente fé, será depositado em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Convención sobre los Derechos del Niño

PREAMBULO

Los Estados Partes en la presente Convención

Considerando que, de conformidad con los principios proclamados en la Carta de las Naciones Unidas, la libertad, la justicia y la paz en el mundo se basan en el reconocimiento de la dignidad intrínseca y de los derechos iguales e inalienables de todos los miembros de la familia humana,

Teniendo presente que los pueblos de las Naciones Unidas han reafirmado en la Carta su fe en los derechos fundamentales del hombre y en la dignidad y el valor de la persona humana, y que han decidido promover el progreso social y elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de la libertad,

Reconociendo que las Naciones Unidas han proclamado y acordado en la Declaración Universal de Derechos Humanos y en los pactos internacionales de derechos humanos, que toda persona tiene todos los derechos y libertades enunciados en ellos, sin distinción alguna, por motivos de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política o de otra índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición,

Recordando que en la Declaración Universal de Derechos Humanos las Naciones Unidas proclamaron que la infancia tiene derecho a cuidados y asistencia especiales,

Convencidos de que la familia, como grupo fundamental de la sociedad y medio natural para el crecimiento y el bienestar de todos sus miembros, y en particular de los niños, debe recibir la protección y asistencia necesarias para poder asumir plenamente sus responsabilidades dentro de la comunidad,

Reconociendo que el niño, para el pleno y armonioso desarrollo de su personalidad, debe crecer en el seno de la familia, en un ambiente de felicidad, amor y comprensión,

Considerando que el niño debe estar plenamente preparado para una vida independiente en sociedad y ser educado en el espíritu de los ideales proclamados en la Carta de las Naciones Unidas y, en particular, en un espíritu de paz, dignidad, tolerancia, libertad, igualdad y solidaridad,

Teniendo presente que la necesidad de proporcionar al niño una protección especial ha sido enunciada en la Declaración de Ginebra de 1924 sobre los Derechos del Niño y en la Declaración de los Derechos del Niño adoptada por la Asamblea General el 20 de Noviembre de 1959, y reconocida en la Declaración Universal de Derechos Humanos, en el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (en particular, en los artículos 23 y 24), en el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (en particular, en el artículo 10) y en los estatutos e instrumentos pertinentes de los organismos especializados y de las organizaciones internacionales que se interesan en el bienestar del niño,

Teniendo presente que, como se indica en la Declaración de los Derechos del Niño, el niño, por su falta de madurez física y mental, necesita protección y cuidado especiales, incluso la debida protección legal, tanto antes como después del nacimiento,

Recordando lo dispuesto en la declaración sobre los principios sociales y jurídicos relativos a la protección y el bienestar de los niños, con particular referencia a la adopción y la colocación en hogares de guarda, en los planos nacional e internacional, las Reglas mínimas de las Naciones Unidas para la administración de la justicia de me-

nores (Reglas de Beijing); y la Declaración sobre la protección de la mujer y el niño en estados de emergencia o de conflicto armado,

Reconociendo que en todos los países del mundo hay niños que viven en condiciones excepcionalmente difíciles y que esos niños necesitan especial consideración,

Teniendo debidamente en cuenta la importancia de las tradiciones y los valores culturales de cada pueblo para la protección y el desarrollo armonioso del niño,

Reconociendo la importancia de la cooperación internacional para el mejoramiento de las condiciones de vida de los niños en todos los países, en particular en los países en desarrollo,

Han convenido en lo siguiente:

PARTE I

ARTÍCULO 1

Para los efectos de la presente convención, se entiende por niño todo ser humano menor de dieciocho años de edad, salvo que, en virtud de la ley que le sea aplicable, haya alcanzado antes la mayoría de edad.

ARTÍCULO 2

1. Los Estados Partes respetarán los derechos enunciados en la presente Convención y asegurarán su aplicación a cada niño sujeto a su jurisdicción, sin distinción alguna, independientemente de la raza, el color, el sexo, el idioma, la religión, la opinión política o de otra índole, el origen nacional, étnico o social, la posición económica, los impedimentos físicos, el nacimiento o cualquier otra condición del niño, de sus padres o de sus representantes legales.

2. Los Estados Partes tomarán todas las medidas apropiadas para garantizar que el niño se vea protegido contra toda forma de discriminación o castigo por causa de la condición, las actividades, las opiniones expresadas o las creencias de sus padres, o sus tutores o de sus familiares.

ARTÍCULO 3

1. En todas las medidas concernientes a los niños que tomen las instituciones públicas o privadas de bienestar social, los tribunales, las autoridades administrativas o los órganos legislativos, una consideración primordial a que se atenderá será el interés superior del niño.

2. Los Estados Partes se comprometen a asegurar al niño la protección y el cuidado que sean necesarios para su bienestar, teniendo en cuenta los derechos y deberes de sus padres, tutores o otras personas responsables de él ante la ley y, con ese fin, tomarán todas las medidas legislativas y administrativas adecuadas.

3. Los Estados Partes se asegurarán de que las instituciones, servicios y establecimientos encargados del cuidado o la protección de los niños cumplan las normas establecidas por las autoridades competentes, especialmente en materia de seguridad, sanidad, número y competencia de su personal, así como en relación con la existencia de una supervisión adecuada.

ARTÍCULO 4

Los Estados Partes adoptarán todas las medidas administrativas, legislativas y de otra índole para dar efectividad a los derechos reconocidos en la presente Convención. En lo que respecta a los derechos económicos, sociales y culturales, los Estados Partes adoptarán esas medidas hasta el máximo de los recursos de que dispongan y, cuando sea necesario, dentro del marco de la cooperación internacional.

ARTÍCULO 5

Los Estados Partes respetarán las responsabilidades, los derechos y los deberes de los padres o, en su caso, de los miembros de la familia ampliada o de la comunidad, según establezca la costumbre local, de los tutores o otras personas encargadas legalmente del niño de impartirle, en consonancia con la evolución de sus facultades, dirección y orientación apropiadas para que el niño ejerza los derechos reconocidos en la presente convención.

ARTÍCULO 6

1. Los Estados Partes reconocen que todo niño tiene el derecho intrínseco a la vida.

2. Los Estados Partes garantizarán en la máxima medida posible la supervivencia y el desarrollo del niño.

ARTÍCULO 7

1. El niño será inscripto inmediatamente después de su nacimiento y tendrá derecho desde que nace a un nombre, a adquirir una nacionalidad y, en la medida de lo posible, a conocer a sus padres y a ser cuidado por ellos.

2. Los Estados Partes velarán por la aplicación de estos derechos de conformidad con su legislación nacional y las obligaciones que hayan contraído en virtud de los instrumentos internacionales pertinentes en esta esfera, sobre todo cuando el niño resultara de otro modo apátrida.

ARTÍCULO 8

1. Los Estados Partes se comprometen a respetar el derecho del niño a preservar su identidad, incluidos la nacionalidad, el nombre y las relaciones familiares de conformidad con la ley sin injerencias ilícitas.

2. Cuando un niño sea privado ilegalmente de algunos de los elementos de su identidad o de todos ellos, los Estados Partes deberán prestar la asistencia y protección apropiadas con miras a restablecer rápidamente su identidad.

ARTÍCULO 9

1. Los Estados Partes velarán por que el niño no sea separado de sus padres contra la voluntad de éstos, excepto cuando, a reserva de revisión judicial, las autoridades competentes determinen, de conformidad con la ley y los procedimientos aplicables, que tal separación es necesaria en el interés superior del niño. Tal determinación puede ser necesaria en casos particulares, por ejemplo, en los casos en que el niño sea objeto de maltrato o descuido por parte de sus padres o cuando éstos viven separados y debe adoptarse una decisión acerca del lugar de residencia del niño.

2. En cualquier procedimiento entablado de conformidad con el párrafo 1 del presente artículo, se ofrecerá a todas las partes interesadas la oportunidad de participar en él y de dar a conocer sus opiniones.

3. Los Estados Partes respetarán el derecho del niño que esté separado de uno o de ambos padres a mantener relaciones personales y contacto directo con ambos padres de modo regular, salvo si ello es contrario al interés superior del niño.

4. Cuando esa separación sea resultado de una medida adoptada por un Estado Parte, como la detención, el encarcelamiento, el exilio, la deportación o la muerte (incluyendo el fallecimiento debido a cualquier causa mientras la persona esté bajo la custodia del Estado) de uno de los padres del niño, o de ambos, o del niño, el Estado Parte proporcionará, cuando se le pida, a los padres, al niño o,

si procede, a otro familiar, información básica acerca del paradero del familiar o familiares ausentes, a no ser que ello resultase perjudicial para el bienestar del niño. Los Estados Partes se cerciorarán, además, de que la presentación de tal petición no entrañe por sí misma consecuencias desfavorables para la persona o personas interesadas.

ARTÍCULO 10

1. De conformidad con la obligación que incumbe a los Estados Partes a tenor de lo dispuesto en el párrafo 1 del artículo 9, toda solicitud hecha por un niño o por sus padres para entrar en un Estado Parte o para salir de él a los efectos de la reunión de la familia será atendida por los Estados Partes de manera positiva, humanitaria y expeditiva. Los Estados Partes garantizarán, además, que la presentación de tal petición no traerá consecuencias desfavorables para los peticionarios ni para sus familiares.

2. El niño cuyos padres residan en Estados diferentes tendrá derecho a mantener periódicamente, salvo en circunstancias excepcionales, relaciones personales y contactos directos con ambos padres. Con tal fin, y de conformidad con la obligación asumida por los Estados Partes en virtud del párrafo 2 del artículo 9, los Estados Partes respetarán el derecho del niño y de sus padres a salir de cualquier país, incluido el propio, y de entrar en su propio país. El derecho de salir de cualquier país estará sujeto solamente a las restricciones estipuladas por ley y que sean necesarias para proteger la seguridad nacional, el orden público, la salud o la moral públicas o los derechos y libertades de otras personas y que estén en consonancia con los demás derechos reconocidos por la presente Convención.

ARTÍCULO 11

1. Los Estados Partes adoptarán medidas para luchar contra los traslados ilícitos de niños al extranjero y la retención ilícita de niños en el extranjero.

2. Para este fin, los Estados Partes promoverán la concertación de acuerdos bilaterales o multilaterales o la adhesión a acuerdos existentes.

ARTÍCULO 12

1. Los Estados Partes garantizarán al niño que esté en condiciones de formarse un juicio propio el derecho de expresar su opinión libremente en todos los asuntos que afectan al niño, teniéndose debidamente en cuenta las opiniones del niño, en función de la edad y madurez del niño.

2. Con tal fin, se dará en particular al niño oportunidad de ser escuchado en todo procedimiento judicial o administrativo que afecte al niño, ya sea directamente o por medio de un representante o de un órgano apropiado, en consonancia con las normas de procedimiento de la ley nacional.

ARTÍCULO 13

1. El niño tendrá derecho a la libertad de expresión; ese derecho incluirá la libertad de buscar, recibir y difundir informaciones e ideas de todo tipo, sin consideración de fronteras, ya sea oralmente, por escrito o impresas, en forma artística o por cualquier otro medio elegido por el niño.

2. El ejercicio de tal derecho podrá estar sujeto a ciertas restricciones, que serán únicamente las que la ley prevea y sean necesarias:

a) Para el respeto de los derechos o la reputación de los demás; o

- b) Para la protección de la seguridad nacional o el orden público o para proteger la salud o la moral públicas.

ARTÍCULO 14

1. Los Estados Partes respetarán el derecho del niño a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión.

2. Los Estados Partes respetarán los derechos y deberes de los padres y, en su caso, de los representantes legales, de guiar al niño en el ejercicio de su derecho de modo conforme a la evolución de sus facultades.

3. La libertad de profesar la propia religión o las propias creencias estará sujeta únicamente a las limitaciones prescritas por la ley que sean necesarias para proteger la seguridad, el orden, la moral o la salud públicos o los derechos y libertades fundamentales de los demás.

ARTÍCULO 15

1. Los Estados Partes reconocen los derechos del niño a la libertad de asociación y a la libertad de celebrar reuniones pacíficas.

2. No se impondrán restricciones al ejercicio de estos derechos distintas de las establecidas de conformidad con la ley y que sean necesarias en una sociedad democrática, en interés de la seguridad nacional o pública, el orden público, la protección de la salud y la moral públicas o la protección de los derechos y libertades de los demás.

ARTÍCULO 16

1. Ningún niño será objeto de injerencias arbitrarias o ilegales en su vida privada, su familia, su domicilio o su correspondencia, ni de ataques ilegales a su honra y a su reputación.

2. El niño tiene derecho a la protección de la ley contra esas injerencias o ataques.

ARTÍCULO 17

Los Estados Partes reconocen la importante función que desempeñan los medios de comunicación y velarán por que el niño tenga acceso a información y material procedentes de diversas fuentes nacionales e internacionales, en especial la información y el material que tengan por finalidad promover su bienestar social, espiritual y moral y su salud física y mental. Con tal objeto, los Estados Partes:

- a) Alentarán a los medios de comunicación a difundir información y materiales de interés social y cultural para el niño, de conformidad con el espíritu del artículo 29;
- b) Promoverán la cooperación internacional en la producción, el intercambio y la difusión de esa información y esos materiales procedentes de diversas fuentes culturales, nacionales e internacionales;
- c) Alentarán la producción y difusión de libros para niños;
- d) Alentarán a los medios de comunicación a que tengan particularmente en cuenta las necesidades lingüísticas del niño perteneciente a un grupo minoritario o que sea indígena;
- e) Promoverán la elaboración de directrices apropiadas para proteger al niño contra toda información y material perjudicial para su bienestar, teniendo en cuenta las disposiciones de los artículos 13 y 18.

ARTÍCULO 18

1. Los Estados Partes pondrán el máximo empeño en garantizar el reconocimiento del principio de que ambos padres tienen obligaciones comunes en lo que respecta a la crianza y el desarrollo del niño. Incumbirá a los padres o, en su caso, a los representantes legales la responsabilidad primordial de la crianza y el desarrollo del niño. Su preocupación fundamental será el interés superior del niño.

2. A los efectos de garantizar y promover los derechos enunciados en la presente Convención, los Estados Partes prestarán la asistencia apropiada a los padres y a los representantes legales para el desempeño de sus funciones en lo que respecta a la crianza del niño y velarán por la creación de instituciones, instalaciones y servicios para el cuidado de los niños.

3. Los Estados Partes adoptarán todas las medidas apropiadas para que los niños cuyos padres trabajan tengan derecho a beneficiarse de los servicios e instalaciones de guarda de niños para los que reúnan las condiciones requeridas.

ARTÍCULO 19

1. Los Estados Partes adoptarán todas las medidas legislativas, administrativas, sociales y educativas apropiadas para proteger al niño contra toda forma de perjuicio o abuso físico o mental, descuido o trato negligente, malos tratos o explotación, incluyendo el abuso sexual, mientras el niño se encuentre bajo la custodia de los padres, de un representante legal o de cualquier otra persona que lo tenga a su cargo.

2. Esas medidas de protección deberían comprender, según corresponda, procedimientos eficaces para el establecimiento de programas sociales con objeto de proporcionar la asistencia necesaria al niño y a quienes cuidan de él, así como para otras formas de prevención y para la identificación, notificación, remisión a una institución, investigación, tratamiento y observación ulterior de los casos antes descritos de malos tratos al niño y, según corresponda, la intervención judicial.

ARTÍCULO 20

1. Los niños temporal o permanentemente privados de su medio familiar, o cuyo superior interés exija que no permanezcan en ese medio, tendrán derecho a la protección y asistencia especiales del Estado.

2. Los Estados Partes garantizarán, de conformidad con sus leyes nacionales, otros tipos de cuidado para esos niños.

3. Entre esos cuidados figurarán, entre otras cosas, la colocación en hogares de guarda, la kafala del derecho islámico, la adopción, o de ser necesaria la colocación en instituciones adecuadas de protección de menores. Al considerar las soluciones, se prestará particular atención a la conveniencia de que haya continuidad en la educación del niño y a su origen étnico, religioso, cultural y lingüístico.

ARTÍCULO 21

Los Estados Partes que reconocen o permiten el sistema de adopción cuidarán de que el interés superior del niño sea la consideración primordial y:

- a) Velarán por que la adopción de niño sólo sea autorizada por las autoridades competentes, las que determinarán, con arreglo a las leyes y a los procedimientos aplicables y sobre la base de toda la información pertinente y fidedigna, que la adopción es admisible en vista de la situación jurídica del niño en relación con sus padres, parientes y representantes legales y que,

cuando así se requiera, las personas interesadas hayan dado con conocimiento de causa su consentimiento a la adopción sobre la base del asesoramiento que pueda ser necesario;

- b) Reconocerán que la adopción en otro país puede ser considerada como otro medio de cuidar del niño, en el caso de que éste no pueda ser colocado en un hogar de guarda o entregado a una familia adoptiva o no pueda ser atendido de manera adecuada en el país de origen;
- d) Adoptarán todas las medidas apropiadas para garantizar que, en el caso de adopción en otro país, la colocación no dé lugar a beneficios financieros indebidos para quienes participan en ella;
- e) Promoverán, cuando corresponda, los objetivos del presente artículo mediante la concertación de arreglos o acuerdos bilaterales o multilaterales y se esforzarán, dentro de este marco, por garantizar que la colocación del niño en otro país se efectúe por medio de las autoridades u organismos competentes.

ARTÍCULO 22

1. Los Estados Partes adoptarán medidas adecuadas para lograr que el niño que trate de obtener el estatuto de refugiado o que sea considerado refugiado de conformidad con el derecho y los procedimientos internacionales o internos aplicables reciba, tanto si está solo como si está acompañado de sus padres o de cualquier otra persona, la protección y la asistencia humanitaria adecuadas para el disfrute de los derechos pertinentes enunciados en la presente Convención y en otros instrumentos internacionales de derechos humanos o de carácter humanitario en que dichos Estados sean partes.

2. A tal efecto los Estados Partes cooperarán, en la forma que estimen apropiada, en todos los esfuerzos de las Naciones Unidas y demás organizaciones intergubernamentales competentes u organizaciones no gubernamentales que cooperen con las Naciones Unidas por proteger y ayudar a todo niño refugiado y localizar a sus padres y a otros miembros de su familia, a fin de obtener la información necesaria para que se reúna con su familia. En los casos en que no se pueda localizar a ninguno de los padres o miembros de la familia, se concederá al niño la misma protección que a cualquier otro niño privado permanente o temporalmente de su medio familiar, por cualquier motivo, como se dispone en la presente Convención.

ARTÍCULO 23

1. Los Estados Partes reconocen que el niño mental o físicamente impedido deberá disfrutar de una vida plena y decente en condiciones que aseguren su dignidad, le permitan llegar a bastarse a sí mismo y faciliten la participación activa del niño en la comunidad.

2. Los Estados Partes reconocen el derecho del niño impedido a recibir cuidados especiales y alentarán y asegurarán, con sujeción a los recursos disponibles, la prestación al niño que reúna las condiciones requeridas y a los responsables de su cuidado de la asistencia que se solicite y que sea adecuada al estado del niño y a las circunstancias de sus padres o de otras personas que cuiden de él.

3. En atención a las necesidades especiales del niño impedido, la asistencia que se preste conforme al párrafo 2 del presente artículo será gratuita siempre que sea

posible, habida cuenta de la situación económica de los padres o de las otras personas que cuiden del niño, y estará destinada a asegurar que el niño impedido tenga un acceso efectivo a la educación, la capacitación, los servicios sanitarios, los servicios de rehabilitación, la preparación para el empleo y las oportunidades de esparcimiento y reciba tales servicios con el objeto de que el niño logre la integración social y el desarrollo individual, incluido su desarrollo cultural y espiritual, en la máxima medida posible.

4. Los Estados Partes promoverán, con espíritu de cooperación internacional, el intercambio de información adecuada en la esfera de la atención sanitaria preventiva y del tratamiento médico, psicológico y funcional de los niños impedidos, incluida la difusión de información sobre los métodos de rehabilitación y los servicios de enseñanza y formación profesional, así como el acceso a esa información a fin de que los Estados Partes puedan mejorar su capacidad y conocimientos y ampliar su experiencia en estas esferas. A este respecto, se tendrán especialmente en cuenta las necesidades de los países en desarrollo.

ARTÍCULO 24

1. Los Estados Partes reconocen el derecho del niño al disfrute del más alto nivel posible de salud y a servicios para el tratamiento de las enfermedades y la rehabilitación de la salud. Los Estados Partes se esforzarán por asegurar que ningún niño sea privado de su derecho al disfrute de esos servicios sanitarios.

2. Los Estados Partes asegurarán la plena aplicación de este derecho y, en particular, adoptarán las medidas apropiadas para:

- a) Reducir la mortalidad infantil y en la niñez;
- b) Asegurar la prestación de la asistencia médica y la atención sanitaria que sean necesarias a todos los niños, haciendo hincapié en el desarrollo de la atención primaria de salud;
- c) Combatir las enfermedades y la malnutrición en el marco de la atención primaria de la salud mediante, entre otras cosas, la aplicación de la tecnología disponible y el suministro de alimentos nutritivos adecuados y agua potable salubre, teniendo en cuenta los peligros y riesgos de contaminación del medio ambiente;
- d) Asegurar atención sanitaria prenatal y postnatal apropiada a las madres;
- e) Asegurar que todos los sectores de la sociedad, y en particular los padres y los niños, conozcan los principios básicos de la salud y la nutrición de los niños, las ventajas de la lactancia materna, la higiene y el saneamiento ambiental y las medidas de prevención de accidentes, tengan acceso a la educación pertinente y reciban apoyo en la aplicación de esos conocimientos;
- f) Desarrollar la atención sanitaria preventiva, la orientación a los padres y la educación y servicios en materia de planificación de la familia.

3. Los Estados Partes adoptarán todas las medidas eficaces y apropiadas posibles para abolir las prácticas tradicionales que sean perjudiciales para la salud de los niños.

4. Los Estados Partes se comprometen a promover y alentar la cooperación internacional con miras a lograr progresivamente la plena realización del derecho reconocido en el presente artículo. A este respecto, se tendrán plenamente en cuenta las necesidades de los países en desarrollo.

ARTÍCULO 25

Los Estados Partes reconocen el derecho del niño que ha sido internado en un establecimiento por las autoridades competentes para los fines de atención, protección o tratamiento de su salud física o mental a un examen periódico del tratamiento a que esté sometido y de todas las demás circunstancias propias de su internación.

ARTÍCULO 26

1. Los Estados Partes reconocerán a todos los niños el derecho a beneficiarse de la seguridad social, incluso del seguro social, y adoptarán las medidas necesarias para lograr la plena realización de este derecho de conformidad con su legislación nacional.

2. Las prestaciones deberían concederse, cuando corresponda, teniendo en cuenta los recursos y la situación del niño y de las personas que sean responsables del mantenimiento del niño, así como cualquier otra consideración pertinente a una solicitud de prestaciones hecha por el niño o en su nombre.

ARTÍCULO 27

1. Los Estados Partes reconocen el derecho de todo niño a un nivel de vida adecuado para su desarrollo físico, mental, espiritual, moral y social.

2. A los padres o otras personas encargadas del niño les incumbe la responsabilidad primordial de proporcionar, dentro de sus posibilidades y medios económicos, las condiciones de vida que sean necesarias para el desarrollo del niño.

3. Los Estados Partes, de acuerdo con las condiciones nacionales y con arreglo a sus medios, adoptarán medidas apropiadas para ayudar a los padres y a otras personas responsables por el niño a dar efectividad a este derecho y, en caso necesario, proporcionarán asistencia material y programas de apoyo, particularmente con respecto a la nutrición, el vestuario y la vivienda.

4. Los Estados Partes tomarán todas las medidas apropiadas para asegurar el pago de la pensión alimenticia por parte de los padres o otras personas que tengan la responsabilidad financiera por el niño, tanto si viven en el Estado Parte como si viven en el extranjero. En particular, cuando la persona que tenga la responsabilidad financiera por el niño resida en un Estado diferente de aquel en que resida el niño, los Estados Partes promoverán la adhesión a los convenios internacionales o la concertación de dichos convenios a sí como la concertación de cualesquiera otros arreglos apropiados.

ARTÍCULO 28

1. Los Estados Partes reconocen el derecho del niño a la educación y, a fin de que se pueda ejercer progresivamente y en condiciones de igualdad de oportunidades ese derecho, deberán en particular:

- a) Implantar la enseñanza primaria obligatoria y gratuita para todos;
- b) Fomentar el desarrollo, en sus distintas formas, de la enseñanza secundaria, incluida la enseñanza general y profesional, hacer que todos los niños dispongan de ella y tengan acceso a ella y adoptar medidas apropiadas tales como la implantación de la enseñanza gratuita y la concesión de asistencia financiera en caso de necesidad;

- c) Hacer la enseñanza superior accesible a todos, sobre la base de la capacidad, por cuantos medios sean apropiados;
- d) Hacer que todos los niños dispongan de información y orientación en cuestiones educacionales y profesionales y tengan acceso a ellas;
- e) Adoptar medidas para fomentar la asistencia regular a las escuelas y reducir las tasas de deserción escolar.

2. Los Estados Partes adoptarán cuantas medidas sean adecuadas para velar porque la disciplina escolar se administre de modo compatible con la dignidad humana del niño y de conformidad con la presente Convención.

3. Los Estados Partes fomentarán y alentarán la cooperación internacional en cuestiones de educación, en particular a fin de contribuir a eliminar la ignorancia y el analfabetismo en todo el mundo y de facilitar el acceso a los conocimientos técnicos y a los medios modernos de enseñanza. A este respecto, se tendrán especialmente en cuenta las necesidades de los países en desarrollo.

ARTÍCULO 29

1. Los Estados Partes convienen en que la educación del niño deberá estar encaminada a:

- a) Desarrollar la personalidad, las aptitudes y la capacidad mental y física del niño hasta el máximo de sus posibilidades;
- b) Inculcar al niño el respeto de los derechos humanos y las libertades fundamentales y de los principios consagrados en la Carta de las Naciones Unidas;
- c) Inculcar al niño el respeto de sus padres, de su propia identidad cultural, de su idioma y sus valores, de los valores nacionales del país en que vive, del país de que sea originario y de las civilizaciones distintas de la suya;
- d) Preparar al niño para asumir una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de comprensión, paz, tolerancia, igualdad de los sexos y amistad entre todos los pueblos, grupos étnicos, nacionales y religiosos y personas de origen indígena;
- e) Inculcar al niño el respeto del medio ambiente natural.

2. Nada de lo dispuesto en el presente artículo o en el artículo 28 se interpretará como una restricción de la libertad de los particulares y de las entidades para establecer y dirigir instituciones de enseñanza, a condición de que se respeten los principios enunciados en el párrafo 1 del presente artículo y de que la educación impartida en tales instituciones se ajuste a las normas mínimas que prescriba el Estado.

ARTÍCULO 30

En los Estados en que existan minorías étnicas, religiosas o lingüísticas o personas de origen indígena, no se negará a un niño que pertenezca a tales minorías o que sea indígena el derecho que le corresponde, en común con los demás miembros de su grupo, a tener su propia vida cultural, a profesar y practicar su propia religión, o a emplear su propio idioma.

ARTÍCULO 31

1. Los Estados Partes reconocen el derecho del niño al descanso y el esparcimiento, al juego y a las actividades recreativas propias de su edad y a participar libremente en la vida cultural y en las artes.

2. Los Estados Partes respetarán y promoverán el derecho de niño a participar plenamente en la vida cultural y artística y propiciarán oportunidades apropiadas, en condiciones de igualdad, de participar en la vida cultural, artística, recreativa y de esparcimiento.

ARTÍCULO 32

1. Los Estados Partes reconocen el derecho del niño a estar protegido contra la explotación económica y contra el desempeño de cualquier trabajo que pueda ser peligroso o entorpecer su educación, o que sea nocivo para su salud o para su desarrollo físico, mental, espiritual, moral o social.

2. Los Estados Partes adoptarán medidas legislativas, administrativas, sociales y educacionales para garantizar aplicación del presente artículo. Con ese propósito y teniendo en cuenta las disposiciones pertinentes de otros instrumentos internacionales, los Estados Partes, en particular:

- a) Fijarán una edad o edades mínimas para trabajar;
- b) Dispondrán la reglamentación apropiada de los horarios y condiciones de trabajo;
- c) Estipularán las penalidades o otras sanciones apropiadas para asegurar la aplicación efectiva del presente artículo.

ARTÍCULO 33

Los Estados Partes adoptarán todas las medidas apropiadas, incluidas medidas legislativas, administrativas, sociales y educacionales, para proteger a los niños contra el uso ilícito de los estupefacientes y sustancias sicotrópicas enumeradas en los tratados internacionales pertinentes, y para impedir que se utilice a niños en la producción y el tráfico ilícitos de esas sustancias.

ARTÍCULO 34

Los Estados Partes se comprometen a proteger al niño contra todas las formas de explotación y abuso sexuales. Con este fin, los Estados Partes tomarán, en particular, todas las medidas de carácter nacional, bilateral y multilateral que sean necesarias para impedir:

- a) La incitación o la coacción para que un niño se dedique a cualquier actividad sexual ilegal;
- b) La explotación del niño en la prostitución u otras prácticas sexuales ilegales;
- c) La explotación del niño en espectáculos o materiales pornográficos.

ARTÍCULO 35

Los Estados Partes tomarán todas las medidas de carácter nacional, bilateral y multilateral que sean necesarias para impedir el secuestro, la venta o la trata de niños para cualquier fin o en cualquier forma.

ARTÍCULO 36

Los Estados Partes protegerán al niño contra todas las demás formas de explotación que sean perjudiciales para cualquier aspecto de su bienestar.

ARTÍCULO 37

Los Estados Partes velarán por que:

- a) Ningún niño sea sometido a torturas ni a otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes. No se impondrá la pena capital ni la de prisión perpetua sin posibilidad de excarcelación por delitos cometidos por menores de 18 años de edad;
- b) Ningún niño sea privado de su libertad ilegal o arbitrariamente. La detención, el encarcelamiento o la prisión de un niño se llevará a cabo de conformidad con la ley y se utilizará tan sólo como medida de último recurso y durante el período más breve que proceda;
- c) Todo niño privado de libertad sea tratado con la humanidad y el respeto que merece la dignidad inherente a la persona humana, y de manera que se tengan en cuenta las necesidades de las personas de su edad. En particular, todo niño privado de libertad estará separado de los adultos, a menos que ello se considere contrario al interés superior del niño, y tendrá derecho a mantener contacto con su familia por medio de correspondencia y de visitas, salvo en circunstancias excepcionales;
- d) Todo niño privado de su libertad tendrá derecho a un pronto acceso a la asistencia jurídica y otra asistencia adecuada, así como derecho a impugnar la legalidad de la privación de su libertad ante un tribunal o otra autoridad competente, independiente e imparcial y a una pronta decisión sobre dicha acción.

ARTÍCULO 38

1. Los Estados Partes se comprometen a respetar y velar por que se respeten las normas del derecho internacional humanitario que les sean aplicables en los conflictos armados y que sean pertinentes para el niño.

2. Los Estados Partes adoptarán todas las medidas posibles para asegurar que las personas que aún no hayan cumplido los 15 años de edad no participen directamente en las hostilidades.

3. Los Estados Partes se abstendrán de reclutar en las fuerzas armadas a las personas que no hayan cumplido los 15 años, pero que sean menores de 18, los Estados Partes procurarán dar prioridad a los demás edad.

4. De conformidad con las obligaciones dimanadas del derecho internacional humanitario de proteger a la población civil durante los conflictos armados, los Estados Partes adoptarán todas las medidas posibles para asegurar la protección y el cuidado de los niños afectados por un conflicto armado.

ARTÍCULO 39

Los Estados Partes adoptarán todas las medidas apropiadas para promover la recuperación física y psicológica y la reintegración social de todo niño víctima de: cualquier forma de abandono, explotación o abuso; tortura o otra forma de tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes; o conflictos armados. Esa recuperación y reintegración se llevarán a cabo en un ambiente que fomente la salud, el respeto de sí mismo y la dignidad del niño.

ARTÍCULO 40

1. Los Estados Partes reconocen el derecho de todo niño de quien se alegue que ha infringido las leyes penales o a

quien se acuse o declare culpable de haber infringido esas leyes a ser tratado de manera acorde con el fomento de su sentido de la dignidad y el valor, que fortalezca el respeto del niño por los derechos humanos y las libertades fundamentales de terceros y en la que se tengan en cuenta la edad del niño y la importancia de promover la reintegración de niño y de que éste asuma una función constructiva en la sociedad.

2. Con ese fin, y habida cuenta de las disposiciones pertinentes de los instrumentos internacionales, los Estados Partes garantizarán, en particular:

- a) Que no se alegue que ningún niño ha infringido las leyes penales, ni se acuse o declare culpable a ningún niño de haber infringido esas leyes, por actos o omisiones que no estaban prohibidos por las leyes nacionales o internacionales en el momento en que se cometieron;
- b) Que todo niño del que se alegue que ha infringido las leyes penales o a quien se acuse de haber infringido esas leyes se le garantice, por lo menos, lo siguiente:
 - i) Que se lo presumirá inocente mientras no se pruebe su culpabilidad conforme a la ley;
 - ii) Que será informado sin demora y directamente o, cuando sea procedente, por intermedio de sus padres o sus representantes legales, de los cargos que pesan contra él y que dispondrá de asistencia jurídica u otra asistencia apropiada en la preparación y presentación de su defensa;
 - iii) Que la causa será dirimida sin demora por una autoridad u órgano judicial competente, independiente e imparcial en una audiencia equitativa conforme a la ley, en presencia de un asesor jurídico u otro tipo de asesor adecuado y, a menos que se considere que ello fuere contrario al interés superior del niño, teniendo en cuenta en particular su edad o situación y a sus padres o representantes legales;
 - iv) Que no será obligado a prestar testimonio o a declararse culpable, que podrá interrogar o hacer que se interroge a testigos de cargo y obtener la participación y el interrogatorio de testigos de descargo en condiciones de igualdad;
 - v) Si se considerare que ha infringido, en efecto, las leyes penales, que esta decisión y toda medida impuesta a consecuencia de ella, serán sometidas a una autoridad u órgano judicial superior competente, independiente e imparcial, conforme a la ley;
 - vi) Que el niño contará con la asistencia gratuita de un intérprete si no comprende o no habla el idioma utilizado;
 - vii) Que se respetará plenamente su vida privada en todas las fases del procedimiento.

3. Los Estados Partes tomarán todas las medidas apropiadas para promover el establecimiento de leyes, procedimientos, autoridades e instituciones específicos para los

niños de quienes se alegue que han infringido las leyes penales o a quienes se acuse o declare culpables de haber infringido esas leyes, y en particular:

- a) El establecimiento de una edad mínima antes de la cual se presumirá que los niños no tienen capacidad para infringir las leyes penales;
- b) Siempre que sea apropiado y deseable, la adopción de medidas para tratar a esos niños sin recurrir a procedimientos judiciales, en el entendimiento de que se respetarán plenamente los derechos humanos y las garantías legales.

4. Se dispondrá de diversas medidas, tales como el cuidado, las órdenes de orientación y supervisión, el asesoramiento, la libertad vigilada, la colocación en hogares de guarda, los programas de enseñanza y formación profesional, así como otras posibilidades alternativas a la internación en instituciones, para asegurar que los niños sean tratados de manera apropiada para su bienestar y que guarde proporción tanto con sus circunstancias como con la infracción.

ARTÍCULO 41

Nada de lo dispuesto en la presente Convención afectará a las disposiciones que sean más conducentes a la realización de los derechos del niño y que puedan estar recogidas en:

- a) El derecho de un Estado Parte; o
- b) El derecho internacional vigente con respecto a dicho Estado.

PARTE II

ARTÍCULO 42

Los Estados Partes se comprometen a dar a conocer ampliamente los principios y disposiciones de la Convención por medios eficaces y apropiados, tanto a los adultos como a los niños.

ARTÍCULO 43

1. Con la finalidad de examinar los progresos realizados en el cumplimiento de las obligaciones contraídas por los Estados Partes en la presente Convención, se establecerá un Comité de los Derechos del Niño que desempeñará las funciones que a continuación se estipulan.

2. El Comité estará integrado por diez expertos de gran integridad moral y reconocida competencia en las esferas reguladas por la presente Convención. Los miembros del Comité serán elegidos por los Estados Partes entre sus nacionales y ejercerán sus funciones a título personal, teniéndose debidamente en cuenta la distribución geográfica, así como los principales sistemas jurídicos.

3. Los miembros del Comité serán elegidos, en votación secreta, de una lista de personas designadas por los Estados Partes. Cada Estado Parte podrá designar a una persona escogida entre sus propios nacionales.

4. La elección inicial se celebrará a más tardar seis meses después de la 1.ª entrada en vigor de la presente Convención y ulteriormente cada dos años. Con cuatro meses, como mínimo, de antelación respecto de la fecha de cada elección, el Secretario General de las Naciones Unidas dirigirá una carta a los Estados Partes invitándolos a que presenten sus candidaturas en un plazo de dos meses. El Secretario General preparará después una lista en la que figurarán por orden alfabético todos los candidatos propuestos, con indicación de los Estados Partes que los hayan designado, y la comunicará a los Estados Partes en la presente Convención.

5. Las elecciones se celebrarán en una reunión de los Estados Partes convocada por el Secretario General en la Sede de las Naciones Unidas. En esa reunión, en la que la presencia de dos tercios de los Estados Partes constituirá quórum, las personas seleccionadas para formar parte del Comité serán aquellos candidatos que obtengan el mayor número de votos y una mayoría absoluta de los votos de los representantes de los Estados Partes presentes y votantes.

6. Los miembros del Comité serán elegidos por un período de cuatro años. Podrán ser reelegidos si se presenta de nuevo su candidatura. El mandato de cinco de los miembros elegidos en la primera elección expirará al cabo de dos años; inmediatamente después de efectuada la primera elección, el Presidente de la reunión en que ésta se celebre elegirá por sorteo los nombres de esos cinco miembros.

7. Si un miembro del Comité fallece o dimite o declara que por cualquier otra causa no puede seguir desempeñando sus funciones en el Comité, el Estado Parte que propuso a ese miembro designará entre sus propios nacionales a otro experto para ejercer el mandato hasta su término, a reserva de la aprobación del Comité.

8. El Comité adoptará su propio reglamento.

9. El Comité elegirá su Mesa por un período de dos años.

10. Las reuniones del Comité se celebrarán normalmente en la Sede de las Naciones Unidas o en cualquier otro lugar conveniente que determine el Comité. El Comité se reunirá normalmente todos los años. La duración de las reuniones del Comité será determinada y revisada, si procediera, por una reunión de los Estados Partes en la presente Convención, a reserva de la aprobación de la Asamblea General.

11. El Secretario General de las Naciones Unidas proporcionará el personal y los servicios necesarios para el desempeño eficaz de las funciones del Comité establecido en virtud de la presente Convención.

12. Previa aprobación de la Asamblea General, los miembros del Comité establecido en virtud de la presente Convención recibirán emolumentos con cargo a los fondos de las Naciones Unidas, según las condiciones que la Asamblea pueda establecer.

ARTÍCULO 44

1. Los Estados Partes se comprometen a presentar al Comité, por conducto del Secretario General de las Naciones Unidas, informes sobre las medidas que hayan adoptado para dar efecto a los derechos reconocidos en la Convención y sobre el progreso que hayan realizado en cuanto al goce de esos derechos:

- a) En el plazo de dos años a partir de la fecha en la que para cada Estado Parte haya entrado en vigor la presente Convención;
- b) En lo sucesivo, cada cinco años.

2. Los informes preparados en virtud del presente artículo deberán indicar las circunstancias y dificultades, si las hubiere, que afecten al grado de cumplimiento de las obligaciones derivadas de la presente Convención. Deberán asimismo, contener información suficiente para que el Comité tenga cabal comprensión de la aplicación de la Convención en el país de que se trate.

3. Los Estados Partes que hayan presentado un informe inicial completo al Comité no necesitan repetir, en sucesivos informes presentados de conformidad con lo dis-

puesto en el inciso b) del párrafo 1 del presente artículo, la información básica presentada anteriormente.

4. El Comité podrá pedir a los Estados Partes más información relativa a la aplicación de la Convención.

5. El Comité presentará cada dos años a la Asamblea General de las Naciones Unidas, por conducto del Consejo Económico y Social, informes sobre sus actividades.

6. Los Estados Partes darán a sus informes una amplia difusión entre el público de sus países respectivos.

ARTÍCULO 45

Con objeto de fomentar la aplicación efectiva de la Convención y de estimular la cooperación internacional en la esfera regulada por la Convención:

- a) Los organismos especializados, el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y demás órganos de las Naciones Unidas tendrán derecho a estar representados en el examen de la aplicación de aquellas disposiciones de la presente Convención comprendidas en el ámbito de su mandato. El Comité podrá invitar a los organismos especializados, al Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y a otros órganos competentes que considere apropiados a que proporcionen asesoramiento especializado sobre la aplicación de la Convención en los sectores que son de incumbencia de sus respectivos mandatos. El Comité podrá invitar a los organismos especializados, al Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y demás órganos de las Naciones Unidas a que presenten informes sobre la aplicación de aquellas disposiciones de la presente Convención comprendidas en el ámbito de sus actividades;
- b) El Comité transmitirá, según estime conveniente, a los organismos especializados, al Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y a otros órganos competentes, los informes de los Estados Partes que contengan una solicitud de asesoramiento o de asistencia técnica, o en los que se indique esa necesidad, junto con las observaciones y sugerencias del Comité, si las hubiere, acerca de esas solicitudes o indicaciones;
- c) El Comité podrá recomendar a la Asamblea General que pida al Secretario General que efectúe, en su nombre, estudios sobre cuestiones concretas relativas a los derechos del niño;
- d) El Comité podrá formular sugerencias y recomendaciones generales basadas en la información recibida en virtud de los artículos 44 y 45 de la presente Convención. Dichas sugerencias y recomendaciones generales deberán transmitirse a los Estados Partes interesados y notificar se a la Asamblea General, junto con los comentarios, si los hubiere, de los Estados Partes.

PARTE III

ARTÍCULO 46

La presente Convención estará abierta a la firma de todos los Estados.

ARTÍCULO 47

La presente Convención está sujeta a ratificación. Los instrumentos de ratificación se depositarán en poder del Secretario General de las Naciones Unidas.

ARTÍCULO 48

La presente Convención permanecerá abierta a la adhesión de cualquier Estado. Los instrumentos de adhesión se depositarán en poder del Secretario General de las Naciones Unidas.

ARTÍCULO 49

1. La presente Convención entrará en vigor el trigésimo día siguiente a la fecha en que haya sido depositado el vigésimo instrumento de ratificación o de adhesión en poder del Secretario General de las Naciones Unidas.

2. Para cada Estado que ratifique la Convención o se adhiera a ella después de haber sido depositado el vigésimo instrumento de ratificación o de adhesión, la Convención entrará en vigor el trigésimo día después del depósito por tal Estado de su instrumento de ratificación o adhesión.

ARTÍCULO 50

1. Todo Estado Parte podrá proponer una enmienda y depositarla en poder del Secretario General de las Naciones Unidas. El Secretario General comunicará la enmienda propuesta a los Estados Partes, pidiéndoles que le notifiquen si desean que se convoque una conferencia de Estados Partes con el fin de examinar la propuesta y someterla a votación. Si dentro de los cuatro meses siguientes a la fecha de esa notificación un tercio, al menos, de los Estados Partes se declara en favor de tal conferencia, el Secretario General convocará una conferencia con el auspicio de las Naciones Unidas. Toda enmienda adoptada por la mayoría de Estados Partes, presentes y votantes en la conferencia, será sometida por el Secretario General a la Asamblea General para su aprobación.

2. Toda enmienda adoptada de conformidad con el párrafo 1 del presente artículo entrará en vigor cuando haya sido aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas y aceptada por una mayoría de dos tercios de los Estados Partes.

3. Cuando las enmiendas entren en vigor serán obligatorias para los Estados Partes que las haya aceptado, en tanto que los demás Estados Partes seguirán obligados por las disposiciones de la presente Convención y por las enmiendas anteriores que hayan aceptado.

ARTÍCULO 51

1. El Secretario General de las Naciones Unidas recibirá y comunicará a todos los Estados el texto de las reservas formuladas por los Estados en el momento de la ratificación o de la adhesión.

2. No se aceptará ninguna reserva incompatible con el objeto y el propósito de la presente Convención.

3. Toda reserva podrá ser retirada en cualquier momento por medio de una notificación hecha a ese efecto y dirigida al Secretario General de las Naciones Unidas, quien informará a todos los Estados. Esa notificación surtirá efecto en la fecha de su recepción por el Secretario General.

ARTÍCULO 52

Todo Estado Parte podrá denunciar la presente Convención mediante notificación hecha por escrito al Secretario General de las Naciones Unidas. La denuncia surtirá efecto un año después de la fecha en que la notificación haya sido recibida por el Secretario General.

ARTÍCULO 53

Se designa depositario de la presente Convención al Secretario General de las Naciones Unidas

ARTÍCULO 54

El original de la presente Convención, cuyos textos en árabe, chino, español, francés, inglés y ruso son igualmente auténticos, se depositará en poder del Secretario General de las Naciones Unidas.

En testimonio de lo cual, los infrascritos plenipotenciarios, debidamente autorizados para ello por sus respectivos gobiernos, han firmado la presente Convención.